Entrada na Mesa
Data 4/6/2024
Hora 17h13m
O Presidente

ANUNCIADO
/ /
O Presidente

À DIPLEN
Aquito. Baixa a Comissão A, para os efeitos, fixando-lhe o prazo de 40 dias, para apreciação e elaboração do relatório e parecer a que se refere o artigo 103 do RAN
14-6-24

IX GOVERNO CONSTITUCIONAL

Regime Jurídico das Garantias Mobiliárias

PPL Nº 10/VI(1ª)

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

A concessão de crédito é essencial ao desenvolvimento económico de qualquer país. Conceder crédito consiste, na sua essência, em disponibilizar fundos a quem deles precisa para iniciar ou desenvolver uma atividade económica ou até para adquirir bens de consumo. O financiador permite que o devedor adquira capacidade de investimento e de consumo que, de outro modo, não teria. O exemplo mais comum de financiamento é o empréstimo de dinheiro ("mútuo"), designadamente o empréstimo feito por bancos (empréstimo bancário). Mas há, para além do normal empréstimo bancário, muitas outras modalidades de financiamento, como por exemplo: a locação financeira, a compra e venda a prestações, ou qualquer outro contrato em que o fornecedor de bens ou serviços aceita receber mais tarde em relação ao momento em que realiza a sua prestação.

Naturalmente que quem concede crédito apenas o faz porque e na medida em que confia que o devedor devolva, no prazo combinado, o dinheiro adiantado, acrescido de juros, ou pague o preço que aceita não receber imediatamente.

Mas, em regra, o credor apenas confia na capacidade de reembolso ou de pagamento do devedor se este lhe der garantias que o protejam contra o risco de incumprimento e, sobretudo, contra o risco de insolvência. Se excluirmos o crédito entre amigos ou familiares, sem garantias não há crédito (ou o crédito será mais caro, com juros mais elevados). Consequentemente, se o crédito (o financiamento) depende das garantias, estas são tão essenciais para o desenvolvimento económico como aquele.

Quando o crédito é concedido sem garantias (quando se trate de *insecured credit*), o credor, em caso de incumprimento do devedor (e, sobretudo, quando ele se torne insolvente), apenas pode executar o seu património (os seus bens) em igualdade de circunstâncias com os outros credores do mesmo devedor. Quando o devedor (ou outra pessoa) constitui uma garantia a favor do credor (aquele que o financia) isso significa que a posição deste sai reforçada, prevenindo os riscos de incumprimento e insolvência. As garantias consistem, portanto, num reforço da posição do credor, num aumento da probabilidade de que o seu crédito será pago na hipótese, em especial, de o devedor não cumprir voluntariamente ou cair em situação de insolvência.

Sendo as garantias um fator essencial para a existência de crédito a preços (isto é, juros) acessíveis e, portanto, uma condição essencial para o florescimento do investimento privado e do desenvolvimento económico, o legislador não pode deixar de as regular, dando-lhes um quadro normativo abrangente, seguro e flexível.

A matéria das garantias não é estranha ao Direito timorense já em vigor, uma vez que o Código Civil dedica um Capítulo inteiro (o Capítulo VI do Título I do Livro II, que se estende do artigo 557:º ao artigo 695.º) às chamadas "garantias especiais", que incluem a caução, a fiança, o penhor, a hipoteca, os privilégios creditórios e o direito de retenção. Para além disso, o Código Civil inclui, em diferentes divisões sistemáticas, normas sobre outros tipos de garantia, como a reserva de propriedade, o arresto e a penhora (arresto e penhora cujos regimes processuais se encontram no Código de Processo Civil).

Não existe, porém, em Timor-Leste, um regime que permita e regule a criação, através de contrato (entre o garante e o credor) de garantias sobre bens móveis e bens incorpóreos (designadamente, direitos e criações objeto de propriedade intelectual). O penhor, previsto e regulado no código civil, apesar de incidir sobre algumas coisas móveis e sobre alguns direitos, apresenta alguma rigidez tipológica, dado que implica, entre outros aspetos de regime, o desapossamento daquele que o constitui.

Torna-se, portanto, necessário, indo além da dispersão, fragmentaridade e constrangimento à autonomia privada (evidenciado na imposição de um *numerus clausus* aos direitos de garantia com eficácia *erga omnes*) que carateriza o atual ordenamento jurídico timorense em matérias de garantias mobiliárias (garantias sobre bens móveis e bens incorpóreos), estabelecer um quadro normativo de largo espectro que, reconhecendo e protegendo a força criativa da autonomia privada das partes, determine as condições mínimas de constituição, através de contrato, de direitos de garantia oponíveis a terceiros, assim como o regime da sua execução em caso de incumprimento.

Sem esta reconfiguração do sistema normativo, o direito nacional das garantias mobiliárias é incapaz de responder às necessidades do atual mercado de crédito e de acomodar as especificidades de muitos produtos de financiamento que as instituições financeiras poderiam de outro modo oferecer às empresas do setor privado em Timor-Leste. É necessário, através da aprovação da presente iniciativa legislativa, desbloquear a capacidade de as empresas em Timor-Leste utilizarem integralmente os seus bens móveis e bens incorpóreos como garantia de financiamento, o que por sua vez permitirá que essas empresas cresçam, para benefício de todos os timorenses.

Vários estudos e relatórios de organizações internacionais, designadamente o Grupo do Banco Mundial, demonstram que uma das principais razões da fragilidade do mercado de crédito reside na ausência de regimes legais que permitam que as empresas utilizem os seus ativos como garantia de empréstimos e outros produtos de financiamento. Este é também o caso de Timor-Leste, que, no Relatório "Doing Business" de 2020, do Grupo do Banco Mundial, obteve zero em 10 pontos no Índice de Força de Direitos Legais para credores. Esta é uma das principais razões pelas quais o nosso país fica muito atrás dos seus pares no que diz respeito ao acesso a financiamento para atividade comercial.

São, assim, objetivos da presente Proposta de Lei:

a) Promover a concessão de crédito de baixo custo, aumentando a disponibilidade de crédito garantido; b) Permitir que os devedores utilizem o valor integral dos seus ativos para garantir a concessão de crédito; c) Possibilitar a criação de direitos de garantia de modo simples e eficiente; d)Tratar uniformemente os diferentes tipos de financiadores e as diversas formas e modalidades contratuais de concessão de crédito; e) Permitir a criação de direitos de garantia sem desapossamento do garante em relação a todos os tipos de ativos; f) Aumentar a certeza e a transparência, através do registo de informações relativas a direitos de garantia num Registo geral de direitos de garantia; g) Estabelecer regras de prioridade que resolvam, com um elevado grau de certeza e previsibilidade normativa, conflitos entre diferentes direitos de garantia incidentes sobre o mesmo bem; h) Facilitar a execução eficiente dos direitos de um credor garantido em caso de incumprimento do devedor; i) Alargar o espaço da autonomia das partes na estipulação do conteúdo do contrato de garantia; j) Equilibrar os interesses de todas as pessoas envolvidas na constituição contratual de direitos de garantia, designadamente o devedor/garante, o credor garantido e terceiros.

Dando resposta às necessidades acima identificadas e visando a realização dos objetivos enunciados, a presente Proposta de Lei preconiza a criação de um regime geral dos contratos através dos quais as partes criam garantias sobre bens móveis e bens incorpóreos (*secured transactions*), independentemente da sua específica configuração, trate-se de penhor, locação financeira, cessão de créditos ou de qualquer outro tipo de garantia que as partes, no exercício da sua autonomia, queiram constituir.

O conteúdo normativo do diploma proposto compreende 5 matérias essenciais: (i) a regulação do próprio contrato (security agreement) através do qual se cria o direito de garantia (security interest), estabelecendo as suas condições de validade e determinando os direitos e obrigações das partes; (ii) a definição dos modos através dos quais as garantias se tornam eficazes em relação a terceiros, adquirindo, por essa via, "eficácia real" (a eficácia própria dos direitos oponíveis *erga omnes*) – modos esses que são a posse da coisa sobre a qual incide a garantia, o registo de informações relativos à garantia na Central de Registos de Informação sobre Garantias Mobiliárias ou em registo especializado eventualmente existente; (iii) a criação da Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias e a regulação do registo das informações relativas à criação, modificação e extinção dos direitos de garantia; (iv) a definição das regras de prioridade que determinam qual o direito que prevalece quando sobre o mesmo bem (o bem sobre o qual incide a garantia) incidem simultaneamente vários direitos incompatíveis (*competing claims*); (v) regulação da execução das garantias, em caso de incumprimento e de insolvência do devedor.

Um dos aspetos mais identificadores (e inovadores) do diploma proposto é a criação de uma Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias, funcionando eletronicamente, em linha e acessível ao público, onde um credor pode submeter uma informação para alertar outros potenciais credores (assim como outros terceiros) para a possível existência de um direito de garantia, assegurando, por outro lado, que tal direito, se realmente existir, é eficaz contra terceiros. O processo de registo será rápido, automático, simples e pouco dispendioso, muito diferente do processo de registo predial.

Qualquer potencial credor interessado na constituição de um direito de garantia sobre um bem do devedor (ou do garante que não seja devedor), pode consultar na Central de Registo de Informações sobre

Garantias Mobiliárias as informações indexadas ao nome do garante, de modo a verificar se o bem em causa está ou não onerado com direitos de garantia por ele eventualmente constituídos. A Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias estará disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, e poderá ser consultado por qualquer pessoa. A Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias destina-se exclusivamente a registar informações que revelem a eventual existência de direitos de garantia e a estabelecer prioridades entre os credores e entre estes e outras categorias de terceiros. Não se trata de um registo de direitos (*title registration*), nem sequer de um registo de factos jurídicos referentes a certos bens (*deeds registration*), como acontece no atual registo predial. O registo (automatizado) das informações não é, por conseguinte, sujeito a qualquer controlo prévio de legalidade, nem dá lugar a qualquer ato administrativo.

Um outro traço marcante do anteprojeto é o regime inovador de execução das garantias em caso de incumprimento do devedor. Em regra, o financiador só está disposto a conceder crédito se puder confiar na recuperação do capital e dos juros remuneratórios em caso de incumprimento. Ao abrigo da lei atual, um financiador que queira executar uma garantia e que enfrente a resistência do devedor não tem outra alternativa lícita para além da via judicial, que é habitualmente lenta e dispendiosa. Esta limitação desincentiva a concessão de crédito.

Com a lei que agora se propõe, o credor (que continua habilitado a recorrer aos tribunais, se for essa a sua preferência) passa a poder fazer valer o seu direito de garantia, executando-o, extrajudicialmente, através de um procedimento que, sendo mais célere e expedito, não deixa de assegurar o respeito pelos direitos do devedor/garante e dos demais credores, em particular os demais credores garantidos.

Proposta de Lei n.º /2024

de de

Regime Jurídico das Garantias Mobiliárias

Tendo em vista a criação de um ambiente favorável ao investimento privado e, por essa via, ao desenvolvimento económico do país, a presente Lei visa realizar os seguintes objetivos: a) Promover a concessão de crédito de baixo custo, aumentando a disponibilidade de crédito garantido; b) Permitir que os devedores utilizem o valor integral dos seus ativos para garantir a concessão de crédito; c) Possibilitar a criação de direitos de garantia de modo simples e eficiente; d)Tratar uniformemente os diferentes tipos de financiadores e as diversas formas e modalidades contratuais de concessão de crédito; e) Permitir a criação de direitos de garantia sem desapossamento do garante em relação a todos os tipos de ativos; f) Aumentar a certeza e a transparência, através do registo de informações relativas a direitos de garantia num Registo geral de direitos de garantia; g) Estabelecer regras de prioridade que resolvam, com um elevado grau de certeza e previsibilidade normativa, conflitos entre diferentes direitos de garantia incidentes sobre o mesmo bem; h) Facilitar a execução eficiente dos direitos de um credor garantido em caso de incumprimento do devedor; i) Alargar o espaço da autonomia das partes na estipulação do conteúdo do contrato de garantia; j) Equilibrar os interesses de todas as pessoas envolvidas na constituição contratual de direitos de garantia, designadamente o devedor/garante, o credor garantido e terceiros.

De modo a realizar estes objetivos, a presente Lei estabelece o regime geral dos contratos através dos quais as partes criam garantias sobre bens móveis e bens incorpóreos, independentemente da sua específica configuração, trate-se de penhor, locação financeira, cessão de créditos ou de qualquer outro tipo de garantia que as partes, no exercício da sua autonomia, queiram constituir.

O conteúdo normativo do diploma proposto compreende 5 matérias essenciais: (i) a regulação do próprio contrato através do qual se cria o direito de garantia, estabelecendo as suas condições de validade e determinando os direitos e obrigações das partes; (ii) a definição dos modos através dos quais as garantias se tornam eficazes em relação a terceiros – modos esses que são a posse da coisa sobre a qual incide a garantia, o registo de informações relativos à garantia na Central de Registos de Informação sobre

Garantias Mobiliárias ou em registo especializado eventualmente existente; (iii) a criação da Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias e a regulação do registo das informações relativas à criação, modificação e extinção dos direitos de garantia; (iv) a definição das regras de prioridade que determinam qual o direito que prevalece quando sobre o mesmo bem incidem simultaneamente vários direitos incompatíveis; (v) e regulação da execução das garantias, em caso de incumprimento e de insolvência do devedor.

Um dos aspetos mais inovadores da Lei é a criação de uma Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias, funcionando eletronicamente, em linha e acessível ao público, onde um credor pode submeter uma informação para alertar outros potenciais credores (assim como outros terceiros) para a possível existência de um direito de garantia, assegurando, por outro lado, que tal direito, se realmente existir, é eficaz contra terceiros. O processo de registo será rápido, automático, simples e pouco dispendioso, muito diferente do processo de registo predial.

Qualquer potencial credor interessado na constituição de um direito de garantia sobre um bem do devedor (ou do garante que não seja devedor), pode consultar na Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias as informações indexadas ao nome do garante, de modo a verificar se o bem em causa está ou não onerado com direitos de garantia por ele eventualmente constituídos. A Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias estará disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, e poderá ser consultado por qualquer pessoa. A Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias destina-se exclusivamente a registar informações que revelem a eventual existência de direitos de garantia e a estabelecer prioridades entre os credores e entre estes e outras categorias de terceiros. Não se trata de um registo de direitos, nem sequer de um registo de factos jurídicos referentes a certos bens, como acontece no atual registo predial. O registo (automatizado) das informações não é, por conseguinte, sujeito a qualquer controlo prévio de legalidade, nem dá lugar a qualquer ato administrativo.

Um outro traço marcante da Lei é o regime inovador de execução das garantias em caso de incumprimento do devedor. Em regra, o financiador só está disposto a conceder crédito se puder confiar na recuperação do capital e dos juros remuneratórios em caso de incumprimento. Ao abrigo da lei atual, um financiador que queira executar uma garantia e que enfrente a resistência do devedor não tem outra alternativa lícita para além da via judicial, que é habitualmente lenta e dispendiosa. Esta limitação desincentiva a concessão de crédito. Com a lei que agora se aprova, o credor (que continua habilitado a recorrer aos tribunais, se for essa a sua preferência) passa a poder fazer valer o seu direito de garantia, executando-o, extrajudicialmente, através de um procedimento que, sendo mais célere e expedito, não deixa de assegurar o respeito pelos direitos do devedor/garante e dos demais credores, em particular os demais credores garantidos.

Assim, o Governo apresenta ao Parlamento Nacional, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 97.º e da alínea a) do n.º 2 do artigo 115.º da Constituição da República, a seguinte proposta de lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º
Objeto

A presente Lei regula a constituição, através de contrato, a eficácia, a prioridade e a execução de direitos de garantia sobre bens móveis e bens incorpóreos e cria a Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias.

Artigo 2.º
Âmbito de aplicação

1. Com exceção dos artigos 58º a 69.º, a presente Lei aplica-se aos contratos que têm por objeto a cessão definitiva, sem função de garantia, de créditos a receber.
2. Sem prejuízo da relevância de outros elementos de conexão previstos em outras regras de conflitos, a presente Lei aplica-se sempre que o direito de garantia tem por objeto:
    a) bens móveis que se encontrem localizados em Timor-Leste no momento da constituição do direito de garantia;
    b) bens incorpóreos e o domicílio do garante for em Timor-Leste.
3. A presente Lei não se aplica quando o direito de garantia tem por objeto:
    a) bens de consumo, com exceção dos casos em que sobre eles incide direito de garantia de aquisição financiada;
    b) participações sociais referidas no artigo 41.º da Nova Lei das Sociedades Comerciais.

Artigo 3.º
Definições

Para efeitos da presente Lei, entende-se por:

a) "contrato de garantia", o contrato, independentemente de as partes assim o designarem ou não, concluído entre o garante e o credor garantido, através do qual se constitui um direito de garantia, incluindo a cessão definitiva, sem função de garantia, de créditos a receber;

b) "bens", bens móveis, incluindo títulos de crédito, títulos negociáveis e títulos de investimento, e bens incorpóreos;

c) "bem de consumo", bem utilizado ou destinado a ser utilizado pelo garante exclusivamente para fins pessoais, familiares ou domésticos;

d) "bem móvel", coisa móvel, nos termos do artigo 196.º do Código Civil, incluindo, porém:

i) produtos agrícolas em formação e crescimento;

ii) árvores a abater;

iii) frutos a colher; e

iv) partes integrantes de bens imóveis.

e) "bem incorpóreo", qualquer bem insuscetível de ser apreendido pelos sentidos, designadamente direitos e outras posições jurídicas e as criações objeto de propriedade intelectual;

f) "Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias", o sistema de registo estabelecido nos termos do artigo 21.º da presente Lei;

g) "coisa acessória", a coisa móvel que, não constituindo parte integrante, se encontra fisicamente ligada a outra coisa;

h) "crédito a receber ou recebível", o direito ao cumprimento de uma obrigação monetária;

i) "credor com garantia de aquisição financiada", o credor garantido que dispõe de garantia de aquisição financiada;

j) "credor concorrente", um credor de um garante, ou outra pessoa com direitos sobre o bem objeto da garantia, que concorre com um credor com direito de garantia sobre o mesmo bem, incluindo o administrador ou o representante da massa insolvente do garante;

k) "credor garantido", o credor que tem um direito de garantia;

l) "devedor", o devedor da obrigação garantida, monetária ou de outra natureza, seja ele garante ou não;

m) "direito de garantia":

i) o direito de garantia sobre bem móvel ou bem incorpóreo, constituído através de contrato, destinado a garantir o cumprimento de uma obrigação, monetária ou de qualquer outra natureza, independentemente da designação que as partes lhe derem, da natureza do garante ou do credor garantido, incluindo, designadamente, o penhor, o penhor a favor de casa de penhores, a hipoteca, a locação financeira, o acordo de locação com opção de compra, a venda de bens com reserva de propriedade, e a consignação a título de garantia;

ii) o direito do cessionário de um crédito a receber, resultante de cessão definitiva, sem função de garantia, por efeito de contrato.

n) "endereço", o endereço postal ou eletrónico;

o) "escrito", suporte de comunicação, incluindo uma comunicação eletrónica, se o conteúdo desta for acessível, de modo a ser utilizado para referência posterior;

p) "garante", aquele, seja o próprio devedor ou um terceiro, que constitui, em benefício do credor, um direito de garantia para assegurar o cumprimento da obrigação garantida;

q) "garantia de aquisição financiada", o direito de garantia que incide sobre o próprio bem cuja aquisição é financiada pelo credor, abrangendo os casos em que este é o próprio vendedor, um locador financeiro ou um mutuante que adiante fundos especificamente destinados a financiar a aquisição;

r) "incumprimento", a não realização, incluindo a realização defeituosa ou atrasada, da prestação devida pelo devedor ou qualquer outro facto que, nos termos convencionados entre o garante e o credor garantido, constitua incumprimento;

s) "massa de bens", o bem móvel que resulta da mistura de vários bens móveis da mesma natureza, perdendo estes a sua identidade própria;

t) "informação para registo", a informação submetida para registo na Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias, incluindo a informação para registo inicial, de alteração e de cancelamento;

u) "informação para registo de alteração", ou "informação de alteração", significa a informação submetida à Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias que altera o conteúdo de informação anteriormente registada;

v) "informação para registo de cancelamento", ou "informação de cancelamento", a informação submetida à Central de Registo Informações sobre Garantias Mobiliárias que determina a eliminação da informação inicial e suas eventuais alterações, tornando-as inacessíveis a quem pesquise na base de dados do registo;

w) "informação para registo inicial", ou "informação inicial", a informação submetida à Central de Registo de Informações de Garantias Mobiliárias relativa à possível constituição de um ou mais direitos de garantia;

x) "objeto da garantia", o bem sobre qual incide um direito de garantia;

y) "obrigação garantida", a obrigação cujo cumprimento é assegurado por um direito de garantia;

z) "Obrigação monetária", a obrigação a que corresponde o direito a receber uma certa quantia de dinheiro;

aa) "obrigado", o devedor do crédito a receber que é objeto de um direito de garantia;

bb) "parte integrante", um bem móvel que se encontre fisicamente ligado a um bem imóvel com carater de permanência, mas sem perder a sua identidade própria;

cc) "posse", a posse efetiva de um bem móvel por uma pessoa, pelo seu representante, ou por um terceiro que reconheça que detém o bem em representação daquela pessoa;

dd) "produto", um bem móvel que resulta da associação ou da união física do bem com um ou vários outros bens móveis, ou de outros processos, como o fabrico, montagem ou transformação, de tal modo que os bens envolvidos nesses processos perdem a sua identidade própria;

ee) "registo", significa o armazenamento na base de dados da Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias das informações para registo que lhe são submetidas;

ff) "registo de acesso público", a parte da base dados da Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias acessível ao público, através de pesquisa;

gg) "base de dados", a base de dados que contém as informações para registo armazenadas na Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias;

hh) "bens derivados do objeto da garantia", todos os bens que tenham a sua origem:

i) no bem objeto de um direito de garantia, incluindo o que é recebido em resultado de uma venda ou de outra forma de transmissão, locação, contrato de licença ou execução do objeto da garantia, frutos civis e naturais, créditos de seguros, créditos resultantes de reclamações relativas a defeitos, danos ou perda do objeto da garantia,

ii) e bens que, por sua vez, tenham a sua origem nos bens derivados referidos na subalínea anterior (bens derivados de bens derivados).

ii) "Título de crédito", o documento que incorpora um crédito monetário, em termos de o seu portador legítimo poder exercer o crédito nele incorporado e de a transmissão deste operar através da circulação daquele, tais como cheques, letras e livranças;

jj) "Título de investimento", o documento representativo de participação no capital social de uma sociedade ou de obrigação, emitido por uma sociedade comercial, pelo Estado ou por outra pessoa coletiva de direito público;

kk) "Título negociável", o documento que incorpora o direito a exigir a entrega de um bem móvel, em termos de o seu portador legítimo poder exercer o direito incorporado e de a transmissão deste operar através da circulação daquele, tais como certificados de depósito e conhecimentos de carga.

Artigo 4.º

Autonomia das partes e normas gerais de conduta

1. As disposições dos Capítulos II, III, V, VI e VII, com exceção do artigo 54.º e do n.º 2 do artigo 58.º, da presente Lei são de natureza supletiva, podendo as partes, por acordo reduzido a escrito, convencionar de modo diferente.

2. O acordo referido no n.º 1 é ineficaz em relação a quem dele não é parte, cujos direitos ou obrigações não são por ele afetados.

3. Os direitos previstos na presente Lei devem ser exercidos, e as obrigações nela previstas devem ser cumpridas, de boa fé e em termos que sejam comercialmente razoáveis.

CAPÍTULO II
CONSTITUIÇÃO DO DIREITO DE GARANTIA

Artigo 5.º
Requisitos do contrato de garantia e constituição do direito de garantia

1. O direito de garantia é constituído através de um contrato de garantia.
2. O contrato de garantia só constitui eficazmente o direito de garantia se:
   a) o garante tiver sobre o objeto da garantia algum direito com base no qual possa, legitimamente, constituir o direito de garantia;
   b) for celebrado por escrito e assinado pelo credor garantido e pelo garante;
   c) identificar o credor garantido e o garante; e
   d) descrever o objeto da garantia e as obrigações garantidas de uma forma que permita razoavelmente a sua identificação.
3. É suficiente, para os efeitos do número anterior, que a descrição do objeto da garantia se faça através da referência a todos os bens do garante, presentes ou futuros, ou a um género de bens do garante, não sendo necessária a individualização específica de cada um deles.
4. É suficiente, para os efeitos do n.º2, que a descrição das obrigações garantidas consista na referência a todas as obrigações, presentes e futuras, do devedor perante o credor garantido.
5. É também suficiente, para os mesmos efeitos, a descrição do objeto da garantia, ou de parte dele, através da indicação de um número de série que sirva para identificá-lo.
6. A garantia pode constituir-se sobre:
   a) quaisquer bens móveis ou incorpóreos;
   b) uma quota de compropriedade ou comunhão sobre bem móvel ou incorpóreo;
   c) um género de bens móveis ou incorpóreos; e
   d) todos os bens móveis e incorpóreos do garante.
7. O direito de garantia pode assegurar o cumprimento de uma ou mais obrigações de qualquer tipo, presentes ou futuras, determinadas ou determináveis, condicionais ou incondicionais, fixas ou variáveis.

8. O contrato de garantia pode prever a constituição de um direito de garantia sobre um bem futuro, constituindo-se o direito quando o bem passa a existir ou quando o garante adquire sobre ele algum direito que o legitime a constituir o direito de garantia.

Artigo 6.º

Direito de garantia sobre bens derivados

O direito de garantia estende-se aos bens derivados do objeto da garantia.

Artigo 7.º

Bens misturados em massa de bens ou incorporados num produto

1. O direito de garantia sobre bens misturados em massa de bens converte-se automaticamente em direito de garantia sobre essa massa de bens, sem necessidade de qualquer aditamento contratual ou ato adicional de outra natureza.
2. O direito de garantia sobre bens que são incorporados num produto através de qualquer dos processos referidos na alínea c) do artigo 3.º, converte-se automaticamente em direito de garantia sobre esse produto, sem necessidade de qualquer aditamento contratual ou ato adicional de oura natureza.

Artigo 8.º

Bens que se tornam partes integrantes

O direito de garantia sobre bens móveis que se tornam partes integrantes de bem imóvel mantém-se após a integração.

Artigo 9.º

Bens que se tornam coisas acessórias

O direito de garantia sobre bens móveis que se tornam coisas acessórias mantém-se após a sua afetação à coisa principal.

Artigo 10.º

Extinção do direito de garantia

O direito de garantia extingue-se quando todas as obrigações garantidas tiverem sido cumpridas, ou extintas por outra via, desde que o credor não continue obrigado, designadamente através de contrato de abertura de crédito, a conceder crédito que dê origem a novas obrigações cobertas pelo direito de garantia.

Artigo 11.º

Limitações contratuais à constituição de direitos de garantia sobre créditos a receber

1. Não constituem impedimento à constituição de um direito de garantia sobre um crédito a receber quaisquer limitações convencionadas entre o obrigado e o garante, as quais são inoponíveis ao credor garantido.
2. Nem o garante nem o credor garantido incorrem, em face do obrigado, em responsabilidade pelo incumprimento das limitações contratuais referidas no n.º 1, o qual, além disso, não fica eximido do dever de satisfazer o crédito a receber sobre o qual incide a garantia.
3. O disposto nos números anteriores aplica-se apenas ao crédito a receber que constitua uma obrigação monetária resultante de contratos de compra e venda, locação ou de prestação de serviços.

Artigo 12.º

Direito ao pagamento de fundos creditados numa conta bancária

Não obsta à constituição do direito de garantia incidente sobre um crédito a receber que tem por objeto o pagamento de fundos creditados numa conta bancária qualquer acordo entre o garante e o banco que limite de alguma forma o direito de aquele constituir um direito de garantia.

Artigo 13.º

Títulos negociáveis

O direito de garantia que tenha por objeto um título negociável abrange os bens objeto do direito incorporado no título.

CAPÍTULO III
EFICÁCIA DO DIREITO DE GARANTIA CONTRA TERCEIROS

Artigo 14.º

Eficácia perante terceiros

1. O direito de garantia é oponível a terceiros se a informação inicial para registo que se lhe refira for carregada no registo de acesso público.
2. O direito de garantia é igualmente oponível a terceiros se o credor garantido estiver na posse dos bens que são dele objeto.
3. O direito de garantia é ainda oponível a terceiros se for registado em registo especializado referente a certos tipos de bens ou direitos.
4. São terceiros, para efeitos do disposto no presente artigo, outros credores, garantidos e não garantidos, e adquirentes e locatários dos bens sobre os quais incidam os direitos de garantia.

Artigo 15.º

Eficácia contra terceiros do direito de garantia sobre bens derivados do objeto da garantia

1. A eficácia contra terceiros do direito de garantia estende-se automaticamente, sem necessidade de qualquer outro ato, aos direitos sobre bens derivados do objeto da garantia, nos termos do disposto no artigo 6.º, desde que estes consistam em numerário, créditos a receber, títulos de crédito ou direitos ao pagamento de fundos creditados numa conta bancária.

2. Quando o direito de garantia tiver por objeto bens diferentes dos referidos no número anterior, os direitos sobre os bens deles derivados, nos termos do disposto no artigo 6.º, são eficazes contra terceiros:

   a) durante 20 dias após o seu surgimento;

   b) posteriormente, apenas se o direito de garantia sobre os bens derivados se tornar autonomamente eficaz contra terceiros, através de algum dos modos referidos no artigo 14.º, antes do termo do prazo especificado na alínea anterior.

Artigo 16.º

Eficácia contra terceiros do direito de garantia sobre bens misturados em massa de bens ou incorporados num produto

A eficácia contra terceiros dos direitos de garantia incidentes sobre bens móveis misturados numa massa de bens ou incorporados num produto, resultantes da conversão estatuída no artigo 7.º, converte-se automaticamente em eficácia contra terceiros dos direitos sobre a massa ou sobre o produto, sem necessidade de qualquer outro ato adicional.

Artigo 17.º

Eficácia contra terceiros de direitos de garantia sobre bens que se tornam partes integrantes

Se algum bem se tornar uma parte integrante e o direito de garantia sobre o bem for oponível a terceiros no momento da integração, o direito de garantia continua a ser eficaz contra terceiros após essa integração.

Artigo 18.º

Direitos de garantia sobre bens que se tornam coisas acessórias

Se algum bem se tornar uma coisa acessória e o direito de garantia sobre o bem for oponível a terceiros no momento da afetação à coisa principal, o direito de garantia continua a ser eficaz contra terceiros após essa afetação.

Artigo 19.º

Garantia de aquisição financiada sobre bens de consumo

O direito de garantia de aquisição financiada incidente sobre bens de consumo é eficaz contra terceiros a partir do momento da sua constituição, sem necessidade de qualquer outro ato, sem prejuízo do disposto no número 5 do artigo 42.º.

Artigo 20.º

Direitos de garantia sobre títulos negociáveis

Se o direito de garantia sobre título negociável for oponível a terceiros, o direito de garantia que se estende ao direito incorporado no título, em conformidade com o artigo 13.º, é igualmente eficaz contra terceiros.

CAPÍTULO IV
CENTRAL DE REGISTO DE INFORMAÇÔES SOBRE GARANTIAS MOBILIÁRIAS

SECÇÃO I
DISPOSIÇÔES GERAIS

Artigo 21.º

Criação da Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias

1. O Banco Central de Timor-Leste estabelece, opera e mantém em funcionamento a Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias prevista na presente Lei.
2. A Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias é um serviço de registo público, de natureza eletrónica e automatizada, disponibilizado através de uma plataforma em linha e destinado a cumprir as funções previstas na presente Lei.
3. A criação da Central de Registo de Garantias Mobiliárias não modifica as atribuições dos demais serviços do Estado encarregues de registos públicos instituídos por lei, nem as competências dos respetivos órgãos.
4. A data da entrada em funcionamento da Central de Registo de Garantias Mobiliárias é declarada por Diploma Ministerial conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da Justiça e Finanças.

SECÇÃO II
REGISTO

Artigo 22.º
Finalidade, objeto e efeitos do registo

1. A base de dados em que consiste o registo, que indexa as informações para registo ao nome do garante, visa dar publicidade a direitos de garantia que possam ter sido constituídos pelo garante.
2. O registo consiste no simples armazenamento e publicitação das informações para registo submetidas pelo credor a respeito dos direitos de garantia nelas referidos, não produzindo, em relação a estes, para além da oponibilidade a terceiros, nenhum outro efeito jurídico, nem sequer a presunção da sua existência.
3. O armazenamento e publicitação das informações para registo submetidas pelo credor não é precedido nem depende de nenhum controlo da legalidade, validade ou eficácia dos factos ou documentos que possam estar na origem dos direitos de garantia a que se referem.

Artigo 23.º
Autorização do garante para o registo

1. A eficácia do registo, consistente na oponibilidade a terceiros do direito de garantia referido na informação para registo, depende da autorização do garante, prestada por escrito.
2. A eficácia do registo da informação de alteração que acrescente bens ao objeto da garantia ou prolongue o prazo de eficácia do registo da informação depende igualmente de autorização do garante, dada por escrito.
3. A eficácia do registo da informação de alteração que acrescente um garante depende da autorização, dada por escrito, do garante adicionado.
4. Qualquer uma das autorizações referidas nos números anteriores pode ser dada antes ou depois do registo da informação para registo a que se refira.
5. Um contrato de garantia reduzido a escrito é suficiente para satisfazer o requisito de autorização do garante.
6. Não é exigível ao credor que submete a informação para registo a apresentação do documento comprovativo da autorização do garante.

Artigo 24.º
Suficiência de uma única informação para registo para vários direitos de garantia

Uma informação para registo pode abranger simultaneamente vários direitos de garantia, emergentes de um ou mais contratos de garantia.

Artigo 25.º

Registo prévio

A informação para registo pode ser registada antes da constituição do direito de garantia a que se refere, incluindo antes da celebração de qualquer contrato de garantia.

Artigo 26.º

Produção de eficácia do registo de uma informação

1. O registo de uma informação inicial, ou de uma informação de alteração, produz efeitos a partir da data e hora em que se tornem acessíveis, através da pesquisa de qualquer interessado, no registo de acesso público.
2. O registo de uma informação de cancelamento produz efeitos a partir da data e hora em que as informações a que se refere deixam de estar acessíveis, através da pesquisa de qualquer interessado, no registo de acesso público.

Artigo 27.º

Período de eficácia do registo de uma informação para registo

1. O registo de uma informação inicial é eficaz durante o tempo indicado pelo credor que a submete a registo, no campo correspondente do formulário eletrónico, não podendo exceder cinco anos.
2. O período de eficácia do registo de uma informação inicial pode ser prorrogado até 90 dias antes do seu termo, através do registo de informação de alteração que indique, no campo correspondente do formulário eletrónico, a duração da prorrogação, que não pode exceder o tempo máximo referido no número 1.
3. O período de eficácia do registo de uma informação inicial pode ser prorrogado mais do que uma vez, não podendo a soma das prorrogações ultrapassar o tempo máximo estabelecido no número 1.
4. O registo de uma informação de alteração, submetida em conformidade com o n.º 2, prolonga o tempo de eficácia da informação inicial a partir do momento em que o período em curso teria expirado se a informação de alteração não tivesse sido registada.

Artigo 28.º

Submissão obrigatória de uma informação de alteração ou de cancelamento

1. O credor garantido deve submeter para registo uma informação de alteração que suprima um bem da descrição do objeto da garantia sempre que:
   a) o garante não tenha autorizado o registo de uma informação relativa a esse bem e o credor garantido tiver sido por ele informado de que não autorizará esse registo;

b) o garante retire a autorização que antes havia dado para o registo de uma informação relativa a esse bem, desde que não tenha sido celebrado qualquer contrato de garantia relativo a esse bem; ou

c) o contrato de garantia a que se refere a informação registada tiver sido alterado de modo a desonerar esse bem do direito de garantia que sobre incidia.

2. O credor garantido deve submeter para registo uma informação de cancelamento sempre que:

a) o registo da informação inicial não tenha sido autorizado pelo garante e o credor garantido tenha sido por ele informado de que não autorizará o registo da notificação inicial;

b) o garante retire a autorização que antes havia dado para o registo de uma informação inicial, desde que não tenha sido celebrado qualquer contrato de garantia; ou

c) o direito de garantia a que se refere a informação tenha sido extinto.

3. O credor garantido não pode exigir ou aceitar qualquer quantia pelo cumprimento das obrigações impostas nos termos das alíneas a) e b) do número 1 e das alíneas a) e b) do número 2.

4. Verificando-se as condições previstas nos números 1 e 2, o garante pode interpelar o credor garantido, por escrito, identificando-se adequadamente e identificando a informação inicial em causa, para que submeta para registo a informação de alteração ou de cancelamento apropriada.

5. O credor garantido não pode exigir ou aceitar qualquer quantia pela satisfação da exigência do garante feita nos termos do número 4.

6. Se o credor garantido não der cumprimento à interpelação do garante, efetuada nos termos do número 4, no prazo de 14 dias após a sua receção, o garante pode pedir ao tribunal competente, em ação autónoma, que intime a entidade responsável pela Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias a registar a informação de alteração ou de cancelamento omitida pelo credor garantido.

7. O pedido referido no número anterior deve ser deduzido contra a entidade responsável pela Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias e contra o credor garantido, aplicando-se à tramitação do processo, com as devidas adaptações, o disposto nos artigos 305.º a 316.º do Código de Processo civil.

8. Sendo a ação julgada procedente, a responsabilidade por custas recai exclusivamente sobre o credor garantido.

Artigo 29.º

Informação de alteração ou de cancelamento não autorizada

A eficácia do registo de uma informação de alteração ou de cancelamento não depende de autorização do credor garantido.

Artigo 30.º

Proteção de dados

1. Ao recolher, ou tratar de qualquer outra forma, dados pessoais para efeitos de registo de informações, o credor garantido apenas utiliza os dados pessoais estritamente necessários para esse efeito, obtendo-os diretamente do titular dos dados pessoais em causa, ou de terceiro que tenha sido devidamente autorizado por aquele.
2. Os credores garantidos e a entidade responsável peça Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias devem cumprir e observar o regime jurídico aplicável em matéria de proteção, tratamento e circulação de dados pessoais, bem como a proteção da privacidade no domínio das comunicações eletrónicas.
3. O Banco Central de Timor-Leste aprova, no prazo de 3 meses a contar da data de entrada em vigor da presente Lei, um manual de boas práticas a observar pelos credores garantidos, de forma a assegurar um nível adequado de proteção de dados pessoais no âmbito da Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias.

SECÇÃO III
ERROS E ALTERAÇÕES APÓS O REGISTO

Artigo 31.º

Erros das informações para registo

1. Quando uma informação inicial ou de alteração contiver um erro na identificação do garante, o seu registo apenas é ineficaz se o erro for tal que a informação não possa ser encontrada através de uma pesquisa que utilize a identificação correta do garante.
2. Os erros das informações inicial ou de alteração que não digam respeito à identificação do garante não afetam a eficácia do registo, a menos que sejam suscetíveis de induzir em erro materialmente relevante alguém que atue com razoável diligência ao efetuar uma pesquisa no registo de acesso público.

Artigo 32.º

Alteração da identificação do garante após o registo

A alteração da identificação do garante após o registo da informação inicial não afeta a eficácia deste, nem a prioridade que dele deriva.

Artigo 33.º

Transmissão do objeto da garantia após o registo

A eficácia contra terceiros e a prioridade de um direito de garantia resultantes do registo da correspondente informação não são afetadas pela transmissão, após o registo, do objeto do direito de garantia, que continua, não obstante a transmissão, a onerá-lo, nos termos do disposto no artigo 40.º.

Artigo 34.º

Correção de erros provenientes da Central de Registo de Garantias Mobiliárias

1. A entidade responsável pela Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias deve, oficiosamente e sem demora, repor no registo de acesso público quaisquer dados indevidamente removidos das informações registadas.
2. A entidade responsável pela Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias deve enviar uma cópia das informações registadas a quem nelas seja identificado como garante e credor garantido.
3. Quando, nos termos do número 1, sejam repostos os dados indevidamente removidos, a informação afetada produz efeitos como se remoção não tivesse ocorrido.
4. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o direito de garantia a que se refere a informação afetada não goza de prioridade sobre o direito de um credor concorrente que tenha entretanto sido constituído sobre o mesmo bem, desde que este tenha atuado confiando nos resultados de pesquisa efetuada no registo de acesso público antes da reposição dos dados prevista no número 1 e não tivesse efetivo conhecimento, à data em que o seu direito foi constituído, da sua remoção indevida.

SECÇÃO IV
ORGANIZAÇÃO DA CENTRAL DE REGISTO DE INFORMAÇÔES SOBRE GARANTIAS MOBILIÁRIAS E DO REGISTO DE ACESSO PÚBLICO

Artigo 35.º

Registo automático

1. O sistema informático da Central de Registo de Garantias Mobiliárias é concebido e operado de modo a assegurar a inserção automática e imediata, sem necessidade de intervenção humana, no registo de acesso público, de qualquer informação para registo logo que se encontrem satisfeitas as condições seguintes:
    a) correto preenchimento do formulário eletrónico através do qual deve ser submetida a informação;
    b) pagamento do emolumento devido.

2. Se a informação não for imediatamente registada nos termos do número 1, o interessado pode requerer à entidade responsável pela Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias que faça o registo em falta no prazo 5 dias.

3. Esgotado o prazo previsto no número anterior sem que o registo haja sido feito, o interessado pode, no prazo de 10 dias a contar do termo daquele, pedir ao tribunal competente, em ação autónoma, que intime a entidade responsável pela Central de Registo de Informações a efetuar o registo em falta no prazo máximo de 5 dias.

4. À tramitação do processo previsto no número anterior aplica-se, com as devidas adaptações, o disposto nos artigos 305.º a 316.º do Código de Processo civil.

5. Uma eventual decisão de recusa do registo por parte da entidade responsável pela Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias, tomada antes ou depois do prazo previsto no número 2 não constitui ato administrativo suscetível de recurso contencioso, devendo o interessado, em qualquer caso, fazer valer o seu direito através do meio processual previsto no número 3.

Artigo 36.º

Integridade da informação no registo de acesso público

1. Salvo o disposto nos artigos 28.º e 34.º, a entidade responsável pela Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias não pode alterar ou remover do registo de acesso público dados constantes de informações registadas.

2. A entidade responsável pela Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias deve tomar todas as medidas razoáveis para preservar todas as informações contidas no registo de acesso público e para reconstituir o mesmo, em caso de perda ou dano.

Artigo 37.º

Remoção de informações do registo de acesso público e arquivo

1. A entidade responsável Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias deve eliminar do registo de acesso público as informações após o termo do período de eficácia do registo, em conformidade com o artigo 27.º, ou após o registo de uma informação de cancelamento, em conformidade com o artigo 28.º.

2. Salvo o disposto no n.º 1, a entidade responsável pela Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias não pode remover do registo de acesso público as informações aí registadas.

3. A entidade responsável pela Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias deve arquivar as informações removidas do registo de acesso público, em conformidade com o n.º 1, durante 21 anos, de forma a assegurar, nesse período, a sua recuperabilidade.

SECÇÃO V
TAXAS

Artigo 38.º
Emolumentos, taxas e despesas

Os emolumentos, taxas e despesas a cobrar pelos serviços prestados pela Central de Registo de Informações de Garantias Mobiliárias, nos termos da presente Lei, são estabelecidos por Decreto-Lei.

CAPÍTULO V
PRIORIDADE DO DIREITO DE GARANTIA

Artigo 39.º
Âmbito de aplicação

1. As disposições do presente capítulo apenas se aplicam às relações de prioridade entre os direitos de garantia, e entre estes e outros direitos de terceiros, constituídos por contrato de garantia.
2. As relações de prioridade entre direitos de garantia constituídos por contrato de garantia e outros direitos de garantia, designadamente direitos constituídos por força da lei ou de decisão judicial, são reguladas pela lei que especificamente os preveja, sem prejuízo do disposto no artigo 44.º da presente lei.

Artigo 40.º
Direitos de garantia concorrentes sobre o objeto da garantia

Sem prejuízo do disposto no artigo 46.º, a prioridade entre direitos de garantia concorrentes sobre o mesmo objeto é determinada de acordo com as seguintes regras:

a) entre direitos de garantia que se tornaram eficazes contra terceiros através do registo na Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias, a prioridade é determinada pela ordem de registo, independentemente da ordem de constituição dos direitos de garantia; e

b) entre o direito de garantia que se tornou eficaz contra terceiros através de registo e o direito de garantia que se tornou eficaz contra terceiros através da posse, a prioridade é determinada pela ordem de registo ou de posse, consoante o que tiver ocorrido em primeiro.

Artigo 41.º

Direitos de garantia concorrentes sobre bens derivados do objeto da garantia

Um direito de garantia sobre os bens derivados do objeto da garantia que seja oponível a terceiros, nos termos do artigo 15.º, tem a mesma prioridade sobre um direito de garantia concorrente que o direito de garantia sobre o objeto de que derivam.

Artigo 42.º

Direitos de garantia concorrentes com os direitos de compradores ou de outros adquirentes ou locatários

1. O direito de garantia eficaz contra terceiros continua a onerar o objeto sobre que incide quando este é vendido ou por qualquer outra via transmitido ou locado, sendo oponível ao adquirente ou ao locatário, exceto quando:

   a) o credor garantido, por acordo, consentir na desoneração do objeto da garantia;

   b) o objeto da garantia seja vendido ou locado no exercício normal da atividade comercial do vendedor ou locador, desde que, no momento da celebração do contrato de compra e venda ou do contrato de locação, o comprador ou o locatário não tenha efetivo conhecimento da existência da garantia.

2. Os bens de consumo são adquiridos ou locados livres de qualquer garantia de aquisição financiada que os onere, a menos que esta se torne oponível a terceiros, nos termos do artigo 14.º, antes da celebração do contrato de compra e venda ou de locação, consoante os casos.

Artigo 43.º

Impacto da insolvência do garante na prioridade de um direito de garantia

Um direito de garantia que, nos termos da presente Lei, seja oponível a terceiros no momento da abertura do processo de insolvência do garante, continua a ser oponível a terceiros e mantém a prioridade que tinha antes da abertura do processo de insolvência, a menos que outro crédito tenha prioridade nos termos do regime jurídico aplicável em matéria de insolvência.

Artigo 44.º

Direitos de garantia concorrentes com o direito de credor com penhora

1. Se recair penhora sobre o objeto da garantia real, no âmbito de um processo de execução, o direito do credor com título executivo goza de prioridade sobre o direito do credor garantido, se a penhora tiver sido realizada antes de o direito de garantia se tornar eficaz contra terceiros.

2. Se o direito de garantia se tornar eficaz contra terceiros, antes ou ao mesmo tempo que o objeto da garantia tenha sido penhorado, o direito de garantia goza de prioridade, mas esta é limitada ao mais elevado dos seguintes valores:

a) o valor do crédito concedido pelo credor garantido antes deste receber uma notificação, por escrito, de que o objeto da garantia real foi penhorado; ou

b) o valor do crédito que o credor garantido tenha prometido conceder, nos termos de um compromisso irrevogável de conceder crédito num montante fixo, ou num montante a fixar de acordo com uma fórmula específica, se a promessa tiver sido feita antes de o credor garantido receber uma notificação, por escrito, de que o objeto da garantia foi penhorado.

Artigo 45.º

Conflito com direitos objeto de registos especializados

Havendo conflito entre direitos objeto de informação registada na Central de Registos de Informações sobre Garantias Mobiliárias e direitos objeto de registo especializado relativo a certos tipos de bens móveis, prevalecem estes últimos, mesmo que o registo seja posterior.

Artigo 46.º

Garantia de aquisição financiada concorrente com direitos de garantia de outra natureza

Uma garantia de aquisição financiada tem prioridade sobre um direito de garantia de outra natureza que com ele concorra, constituído pelo mesmo garante, desde que:

a) o credor com garantia de aquisição financiada esteja na posse dos bens; ou

b) a informação inicial relativa ao direito de garantia de aquisição financiada seja registada no registo de acesso público antes de decorridos 15 dias após o garante ter obtido a posse dos bens.

Artigo 47.º

Partes integrantes

Nos termos do disposto na presente Lei, o direito de garantia sobre partes integrantes que seja oponível a terceiros tem prioridade sobre todos os outros direitos sobre o bem imóvel.

Artigo 48.º

Coisas acessórias

Sem prejuízo do disposto na presente Lei, um direito de garantia sobre uma coisa acessória, que seja oponível a terceiros, tem prioridade sobre quaisquer direitos de garantia que incidam sobre o bem ao qual a coisa acessória tenha sido afetada.

Artigo 49.º

Bens futuros

A prioridade de um direito de garantia abrange todos os bens descritos na informação inicial ou de alteração registada no registo de acesso público, ainda que se trate de bens que passem a existir ou sejam adquiridos pelo garante depois do registo.

Artigo 50.º

Obrigações futuras

Sem prejuízo do disposto no artigo 44.º, a prioridade de um direito de garantia aproveita a todas as obrigações garantidas, incluindo as obrigações constituídas após a produção de efeitos do direito de garantia contra terceiros, sejam obrigações futuras ou obrigações resultantes de adiantamentos de fundos a que o credor se tenha vinculado em contrato de concessão de crédito anterior.

Artigo 51.º

Conhecimento pelo credor garantido de direitos de garantia concorrentes

A prioridade de um direito de garantia, constituída ao abrigo da presente Lei, não é afetada por qualquer conhecimento que o credor garantido possa ter de um direito de garantia concorrente.

Artigo 52.º

Títulos de crédito

1. O direito de garantia sobre um título de crédito que se torne oponível a terceiros pela posse do mesmo tem prioridade sobre o direito de garantia sobre o mesmo título que se torne oponível a terceiros pelo registo de uma informação na Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias.
2. O titulo de crédito é transmitido livre dos direitos de garantia que os oneram, incluindo aqueles referidos em informações registadas na Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias, se o adquirente dele tomar posse, mediante pagamento, sem ter conhecimento de que a transmissão do título viola os direitos do credor garantido ao abrigo do contrato de garantia.

Artigo 53.º

Numerário

O adquirente que obtenha a posse de valores em numerário, ou que receba uma transferência de valores em numerário a partir de uma conta bancária, adquire direitos sobre a quantia recebida, sem sujeição a qualquer direito de garantia, a menos que tenha efetivo conhecimento de que a transferência viola os direitos do credor garantido, nos termos do acordo de garantia.

Artigo 54.º

Prioridade do direito de garantia sobre bens abrangidos por títulos negociáveis

O direito de garantia sobre bens que se torne oponível a terceiros pela posse do título negociável que incorpora o direito à sua entrega tem prioridade sobre um direito de garantia concorrente que se torne oponível a terceiros por qualquer outro método.

CAPÍTULO VI
DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES E DE TERCEIROS OBRIGADOS

Artigo 55.º

Obrigação do credor garantido de restituir o bem objeto da garantia

Com a extinção do direito de garantia, o credor garantido que se encontre na sua posse deve devolver o objeto da garantia ao garante ou entregá-lo a pessoa designada pelo garante.

Artigo 56.º

Direito do credor garantido de inspecionar o objeto da garantia

O credor garantido que não esteja na posse do objeto da garantia tem o direito de o inspecionar se o mesmo estiver na posse do garante.

Artigo 57.º

Direito do garante a obter informações

1. No prazo de 10 dias após a receção de um pedido escrito do garante nesse sentido, o credor garantido, salvo quando se trate do cessionário de uma cessão de crédito definitiva, sem função de garantia, deve enviar ao garante, para o endereço especificado no pedido:
   a) uma declaração da obrigação que se encontra garantida; e
   b) uma descrição atualizada do objeto da garantia.
2. O credor garantido pode exigir o pagamento de um valor comercialmente razoável por cada resposta a um pedido, nos termos do n.º 1, considerando os recursos utilizados na preparação e emissão da informação e documentos solicitados.

Artigo 58.º

Contas bancárias

1. A constituição de um direito de garantia sobre um direito ao pagamento de fundos creditados em conta bancária:
   a) não afeta os direitos e obrigações do banco sem o seu consentimento; e

b) não obriga o banco a fornecer ao credor garantido ou demais terceiros qualquer informação sobre a conta bancária.

2. Quaisquer direitos de compensação do banco sobre conta bancária nele aberta não são afetados por qualquer direito de garantia de que ele próprio seja titular sobre o direito ao pagamento de fundos creditados na mesma conta.

CAPÍTULO VII
EXECUÇÃO DO DIREITO DE GARANTIA

Artigo 59.º
Direitos após o incumprimento

1. Havendo incumprimento, o garante e o credor garantido têm o direito de exercer:

   a) qualquer direito previsto nas disposições do presente capítulo; e

   b) qualquer outro direito previsto no contrato de garantia ou em quaisquer disposições legais, exceto na medida em que seja incompatível com as disposições da presente Lei.

2. Antes do incumprimento, o garante ou o devedor não podem renunciar unilateralmente a qualquer dos seus direitos decorrentes das disposições do presente capítulo, sendo nulos os contratos ou cláusulas que de alguma forma os limitem ou excluam.

Artigo 60.º
Meios de exercício de direitos após o incumprimento

1. O credor garantido pode exercer os seus direitos após o incumprimento, pela via judicial, nos termos do disposto no presente capítulo e no Código de Processo Civil.

2. O credor garantido pode igualmente exercer os seus direitos após o incumprimento pela via extrajudicial, desde que o faça em conformidade com as disposições do presente capítulo.

Artigo 61.º
Direito das pessoas afetadas a pôr termo à execução da garantia

1. O garante, qualquer outra pessoa com um direito sobre o objeto da garantia, ou o devedor, têm o direito de pôr termo à execução da garantia, mediante o pagamento ou o cumprimento integral da obrigação garantida, incluindo:

   a) as custas determinadas pelo tribunal, se o credor garantido tiver exercido os seus direitos, após o incumprimento, através de um processo judicial; e

   b) o custo razoável da execução da garantia, se o credor garantido tiver exercido os seus direitos, após o incumprimento, pela via extrajudicial.

2. O direito de pôr termo à execução pode ser exercido em qualquer momento até ao primeiro dos seguintes acontecimentos:

   a) A venda ou transmissão por outra via, aquisição ou cobrança do objeto da garantia pelo credor garantido; e

   b) celebração de um acordo pelo credor garantido para a venda ou transmissão por outra via do objeto da garantia.

Artigo 62.º

Direito, do credor garantido de grau superior, de assumir a execução

1. Não obstante o início da execução por outro credor, um credor garantido, cujo direito de garantia tenha prioridade sobre o do credor que iniciou a execução, tem o direito de assumir a execução em qualquer momento até ao primeiro dos seguintes acontecimentos:

   a) A venda ou transmissão por outra via, aquisição ou cobrança do objeto da garantia real pelo credor que iniciou a execução da garantia real; e

   b) celebração de um acordo por esse credor para a venda ou transmissão por outra via do objeto da garantia real.

2. O direito de o credor garantido de categoria superior assumir a execução inclui o poder de executar por qualquer meio permitido a um credor garantido, ao abrigo da presente Lei.

3. O presente artigo não se aplica se o credor garantido exercer os seus direitos pela via judicial.

Artigo 63.º

Direito do credor garantido a obter a posse do objeto da garantia

1. Sem prejuízo do disposto nos artigos 700.º a 703.º do Código de Processo Civil e dos direitos de quem, incluindo o locatário, for titular de posse que deva prevalecer, o credor garantido, em caso de incumprimento, tem o direito de se apropriar do objeto da garantia.

2. O exercício, pela via extrajudicial, do direito previsto no n.º 1 depende da verificação cumulativa das seguintes condições:

   a) o garante ter consentido por escrito que o credor garantido se aproprie do objeto da garantia pela via extrajudicial;

   b) o credor garantido ter notificado por escrito o garante, e qualquer pessoa na posse do objeto da garantia, do incumprimento e da sua intenção em apropriar-se do mesmo; e

   c) no momento em que o credor garantido tentar apropriar-se do objeto da garantia real, o respetivo possuidor não se opuser.

3. O consentimento referido na alínea a) do n.º 2 pode estar previsto no contrato de garantia.

4. A notificação a que se refere a alínea b) do n.º 2 não tem de ser efetuada se o objeto da garantia for perecível ou suscetível de diminuir rapidamente de valor.

5. Se um credor garantido de grau superior estiver na posse do objeto da garantia, o credor garantido de grau inferior não tem o direito de se apropriar do mesmo.

Artigo 64.º

Procedimento cautelar de apropriação após o incumprimento

1. Se o credor garantido tiver o direito de se apropriar do objeto da garantia após o incumprimento, mas o seu exercício depender do uso da força, o credor garantido pode requerer ao tribunal que lhe seja atribuída a respetiva posse.

2. O pedido referido no n.º 1 deve ser instruído com:

   a) uma cópia do contrato de garantia e de qualquer outro documento, ou registo, que seja relevante para o incumprimento;

   b) uma declaração, sob juramento, da ocorrência do incumprimento; e

   c) o nome e as informações de contacto do garante.

3. Se os elementos fornecidos ao tribunal, nos termos do n.º 2, evidenciarem, de forma que o tribunal considere adequada, que ocorreu um incumprimento e que o credor garantido tem o direito de se apropriar do objeto da garantia, o tribunal deve, sem prévia audição do garante, ordenar que este entregue o objeto da garantia ao credor garantido, no prazo fixado pelo tribunal.

4. São subsidiariamente aplicáveis ao procedimento cautelar previsto neste artigo as disposições do Código de Processo Civil relativas ao arresto, em tudo quanto não contrariar o preceituado neste artigo.

Artigo 65.º

Partes integrantes

1. Sem prejuízo do disposto no 63.º, o credor garantido, após o incumprimento, pode apropriar-se do objeto da garantia que seja uma parte integrante, removendo a parte integrante em causa do bem imóvel.

2. Ao remover a parte integrante, o credor garantido deve fazê-lo de forma a não causar ao imóvel mais danos do que os que se afigurem razoavelmente necessários.

3. Se o credor garantido remover uma parte integrante, nos termos do n.º 1, deve reembolsar qualquer titular de interesse atendível no bem imóvel, que não o garante, por qualquer dano que lhe tenha sido causado, com exceção dos danos resultantes de uma redução no valor do bem imóvel devido à ausência da parte integrante.

Artigo 66.º

Execução contra coisas acessórias

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 63.º, o credor garantido, após o incumprimento, pode apropriar-se de uma coisa acessória que seja objeto da garantia, retirando a coisa acessória do bem principal a que tiver sido afetada.

2. O credor garantido deve efetuar a apropriação prevista no n.º 1 de forma a não causar ao bem principal mais danos do que os que se mostrem razoavelmente necessários.

3. Se o credor garantido remover uma coisa acessória, nos termos do n.º 1, deve reembolsar qualquer titular de interesse atendível no bem principal, que não o garante, por qualquer dano que tiver sido causado, com exceção do dano resultante de uma redução no valor do bem principal, resultante da remoção da coisa acessória.

Artigo 67.º

Direito do credor garantido a alienar o objeto da garantia

1. Após o incumprimento, o credor garantido tem o direito de vender ou, por qualquer outra via, alienar, locar ou licenciar o objeto da garantia.

2. Se o credor garantido decidir exercer o direito previsto no n.º 1, recorrendo à via judicial, é aplicável o Código de Processo Civil.

3. Se o credor garantido decidir exercer o direito previsto no n.º 1 pela via extrajudicial, assiste-lhe o poder de determinar o método, a forma, o momento, o local e outros aspetos relevantes para a realização da venda ou outra forma de alienação, locação ou licenciamento, incluindo a possibilidade de vender, ou alienar por qualquer outra via, locar ou licenciar o objeto da garantia, por unidade, por lotes ou na sua totalidade.

4. Se o credor garantido decidir exercer o direito previsto no n.º 1, pela via extrajudicial, deve notificar por escrito a sua intenção:

   a) ao garante e ao devedor;

   b) a qualquer pessoa com um direito sobre o objeto da garantia que informe o credor garantido desse direito, por escrito, pelo menos dois dias antes da notificação ser enviada ao garante;

   c) a qualquer outro credor garantido que tenha obtido o registo na Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias de uma informação relativa a um direito de garantia sobre o objeto da garantia, pelo menos dois dias antes da notificação ser enviada ao garante; e

   d) a qualquer outro credor garantido que estivesse na posse do objeto da garantia quando o credor garantido se apropriou do mesmo.

5. A comunicação referida no n.º 4 deve ser efetuada pelo menos 10 dias antes da realização da venda ou alienação por qualquer outra via, locação ou licenciamento, e deve conter:

a) a descrição do objeto da garantia;

b) a declaração do montante necessário, no momento da notificação, para satisfazer a obrigação garantida, incluindo os juros e os custos razoáveis da execução;

c) a declaração de que o garante, qualquer outra pessoa com o direito sobre o objeto da garantia, ou o devedor, têm o direito de pôr termo ao processo de execução, tal como previsto no artigo 61.º; e

d) a declaração da data a partir da qual o objeto da garantia será vendido ou alienado por qualquer outra via, locado ou licenciado ou, no caso de uma alienação por hasta pública, a data, o local e a forma de alienação prevista.

6. A notificação referida no n.º 4 não tem de ser efetuada se o objeto da garantia for perecível ou suscetível de diminuir rapidamente de valor.

Artigo 68.º

Distribuição do produto da alienação do objeto da garantia e responsabilidade do devedor por qualquer remanescente da dívida

1. Se o credor garantido decidir exercer o direito previsto no artigo 65.º pela via judicial, a distribuição do produto da venda ou alienação por qualquer outra via, locação ou licenciamento, do objeto da garantia, é determinada pelo tribunal, nos termos das regras processuais civis em vigor, mas observando o disposto nos artigos 39.º a 54.º.

2. Se o credor garantido decidir exercer o direito previsto no artigo 63.º, pela via extrajudicial:

a) o credor garantido que iniciou a execução deve aplicar o produto da execução ao pagamento do saldo em dívida da obrigação garantida, após dedução das despesas razoavelmente incorridas com a execução;

b) exceto nos casos previstos na alínea c), o credor garantido que iniciou a execução deve entregar qualquer excedente remanescente a qualquer credor garantido concorrente subordinado que, antes de qualquer distribuição do excedente, o tenha notificado do seu crédito, até ao montante desse crédito, e remeter qualquer saldo remanescente ao garante; e

c) independentemente da existência, ou não, de qualquer litígio quanto ao direito ou à prioridade de qualquer credor garantido concorrente subordinado, ao abrigo da presente Lei, o credor garantido que iniciou a execução deve consignar em depósito o excedente junto do tribunal para distribuição, em conformidade com os artigos 39.º a 54.º.

3. O devedor continua a ser responsável por qualquer montante que permaneça em dívida, após a aplicação do produto líquido da execução ao pagamento da obrigação garantida.

Artigo 69.º

Aquisição do objeto da garantia pelo credor garantido

1. Após o incumprimento, o credor garantido pode propor, por escrito, a aquisição de um ou mais elementos constituintes do objeto da garantia para satisfação total ou parcial da obrigação garantida.

2. O credor garantido deve enviar a proposta para:

   a) o devedor e o garante;

   b) qualquer pessoa com um direito sobre o objeto da garantia que informe o credor garantido desse direito, por escrito, pelo menos dois dias antes da proposta ser enviada ao garante;

   c) qualquer outro credor garantido que tenha obtido o registo de uma informação relativa ao direito de garantia sobre o objeto da garantia, pelo menos dois dias antes da proposta ser enviada ao garante; e

   d) qualquer outro credor garantido que estivesse na posse do objeto da garantia quando o credor garantido se apropriou do mesmo.

3. A proposta tem de incluir:

   a) a indicação do montante necessário, no momento em que a proposta é apresentada, para satisfazer a obrigação garantida, incluindo os juros e os custos razoáveis de execução, bem como o montante da obrigação garantida que se propõe satisfazer;

   b) a declaração de que o credor garantido se propõe adquirir o objeto da garantia real descrito na proposta para satisfazer total ou parcialmente a obrigação garantida;

   c) uma declaração de que o garante, qualquer outra pessoa com direitos sobre o objeto da garantia, ou o devedor, tem o direito de pôr termo à execução, conforme previsto no artigo 61.º;

   d) a indicação da data a partir da qual o credor garantido adquirirá o objeto da garantia.

4. Se, no prazo de 10 dias após a receção da proposta do credor garantido, este não receber nenhuma objeção, por escrito, de qualquer pessoa com direito a receber a proposta nos termos do n.º 2, considera-se, para todos efeitos, por ele adquirido o objeto da garantia.

5. O credor garantido que tenha apresentado uma proposta de aquisição do objeto da garantia, para satisfação parcial da obrigação garantida, só adquire o objeto da garantia se receber o consentimento, por escrito, de todas as pessoas com direito a receber a proposta, nos termos do n.º 2, no prazo de 45 dias após cada uma delas ter recebido a proposta.

6. O garante pode solicitar ao credor garantido que apresente uma proposta, nos termos do n.º 1 e, se o credor garantido aceitar o pedido do garante, deve proceder em conformidade com o disposto nos n.ºs 1 a 5.

Artigo 70.º

Direitos adquiridos sobre o objeto da garantia

1. Se o credor garantido recorrer à via judicial para vender-se, ou alienar-se por qualquer outra forma, o objeto da garantia, o comprador ou transmissário respetivo, adquire o objeto da garantia real, com sujeição a ou livre de ónus existentes, tal como vier a ser determinado pelo tribunal.

2. Se o credor garantido vender ou alienar de qualquer outra forma o objeto da garantia, pela via extrajudicial, o comprador ou o transmissário adquire o direito do garante sobre o objeto da garantia livre dos direitos do credor garantido que a executa e de qualquer outro credor concorrente, com exceção dos direitos que tenham prioridade sobre o direito do credor garantido que a executa.

3. Se o credor garantido arrendar ou licenciar o objeto da garantia, pela via extrajudicial, o arrendatário, ou detentor da licença tem direito ao benefício do arrendamento, ou da licença, durante o seu período de vigência, mas o seu direito não é oponível aos credores com direitos que tenham prioridade sobre o direito do credor garantido que executa a garantia.

4. Se o credor garantido vender ou, por qualquer outra via, alienar, locar ou licenciar o objeto da garantia sem cumprir as disposições do presente capítulo, o comprador, ou adquirente por outra via, locatário ou licenciado do objeto da garantia, adquire os direitos ou benefícios descritos nos n.os 2 e 3, desde que não tenha tido efetivo conhecimento de uma violação das disposições do presente capítulo que tenha prejudicado materialmente os direitos do garante ou de outra pessoa.

Artigo 71.º

Execução de garantia sobre créditos a receber e títulos

1. Após o incumprimento, o credor garantido com um direito de garantia sobre um crédito a receber, um título de crédito, um direito ao pagamento de fundos creditados em conta bancária, ou um título de investimento, tem o direito de exigir, a qualquer momento, logo que a correspondente obrigação se torne exigível, o pagamento ao obrigado do crédito a receber, ao obrigado do título de crédito, ao banco no qual se acha aberta a conta, ou ao emitente do título de investimento.

2. O credor garantido pode exercer o direito de cobrança previsto no n.º 1, antes do incumprimento, se o garante o consentir.

3. O credor garantido que exerça o direito de cobrança nos termos dos n.os 1 ou 2, pode igualmente fazer valer qualquer direito pessoal ou patrimonial que garanta ou apoie a satisfação do crédito ou do direito incorporado no título que é objeto da garantia.

4. Se o direito de garantia consistir no direito ao pagamento de fundos creditados numa conta bancária, o credor garantido só pode cobrar ou executar o seu direito de garantia por ordem judicial, salvo acordo em contrário por parte da instituição que recebeu o depósito.

5. O direito de cobrança do credor garantido, nos termos dos n.os 1 a 4, está sujeito ao disposto no artigo 58.º.

Artigo 72.º
Cobrança de crédito a receber pelo cessionário

1. Em caso de cessão definitiva, sem função de garantia, de um crédito a receber, o cessionário tem o direito de exigir o pagamento ao obrigado a qualquer momento, assim que o pagamento se torne exigível.
2. O cessionário que exerce o direito de cobrança, nos termos do n.º 1, tem igualmente o direito de fazer valer qualquer direito pessoal ou patrimonial que garanta ou apoie a satisfação do crédito.
3. O direito de cobrança do adquirente, nos termos dos n.os 1 e 2, está sujeito ao disposto no artigo 58.º.

CAPÍTULO VIII
IMPLEMENTAÇÃO

Artigo 73.º
Funcionamento da Central de Registo de Garantias Mobiliárias

Sem prejuízo das competências próprias do Governo, o Banco Central de Timor-Leste deve emitir, no prazo máximo de 180 dias após a sua publicação, os regulamentos, instruções e demais atos necessários à boa implementação da presente Lei, designadamente para o efeito do estabelecimento, funcionamento e manutenção da Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias, incluindo o modo como as informações para registo devem ser submetidas e carregadas no registo de acesso público e a forma como as pesquisas podem ser realizadas.

Artigo 74.º
Promoção dos objetivos da presente Lei

O Banco Central de Timor-Leste pode, ainda, adotar outras medidas para promover o desenvolvimento em Timor-Leste de mercados e produtos de financiamento que utilizem bens móveis como objeto de garantia, dentro dos limites das suas atribuições e competências, previstas na Lei Orgânica do Banco Central de Timor-Leste.

CAPÍTULO IX
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Artigo 75.º
Aplicabilidade geral da presente Lei

1. Para efeitos do disposto no presente capítulo, entende-se por:

a) "Lei anterior" a lei aplicável aos direitos de garantia anteriores imediatamente antes da entrada em vigor da presente Lei; e

b) "direito de garantia anterior", um direito constituído através de um contrato celebrado antes da entrada em vigor da presente Lei, que constitui um direito de garantia na aceção da presente Lei e ao qual esta Lei se aplicaria se estivesse em vigor aquando da constituição desse direito.

2. Salvo disposição em contrário do presente capítulo, a presente Lei aplica-se a todos os direitos de garantia, incluindo direitos de garantia anteriores no seu âmbito de aplicação.

Artigo 76.º
Litígios pendentes

1. Sem prejuízo do disposto no n.º 2, a Lei anterior permanece aplicável a questões que sejam objeto de litígio pendente no momento da entrada em vigor da presente Lei, trate-se de processo judicial ou arbitral, salvo, neste segundo caso, a existência de acordo das partes em contrário.

2. Se tiver sido iniciada qualquer diligência para executar um direito de garantia anterior, antes da entrada em vigor da presente Lei, a execução pode continuar ao abrigo da Lei anterior ou pode prosseguir ao abrigo da presente Lei.

Artigo 77.º
Constituição de direito de garantia anterior

1. A matéria da constituição de um direito de garantia anterior é regulada pela lei anterior.

2. Um direito de garantia anterior continua eficaz entre as partes, ainda que na sua constituição não tenham sido cumpridos os requisitos de constituição de direitos de garantia estatuídos na presente Lei.

Artigo 78.º
Eficácia contra terceiros de direito de garantia anterior

1. Um direito de garantia anterior, oponível a terceiros nos termos de Lei anterior, continua a ser eficaz contra terceiros nos termos da presente Lei, até aquele dos seguintes momentos que ocorra em primeiro lugar:

a) O momento em que teria deixado de produzir efeitos contra terceiros, nos termos da Lei anterior; ou

b) O termo do prazo de um mês após a entrada em vigor da presente Lei.

2. Se os requisitos para a eficácia contra terceiros, previstos na presente Lei, forem cumpridos antes de cessar a eficácia contra terceiros do direito de garantia anterior, em conformidade com o n.º 1, o

direito de garantia anterior continua a produzir eficácia contra terceiros, ao abrigo da presente Lei, a partir do momento em que se produziu essa eficácia nos termos da Lei anterior.

3. Se os requisitos para a eficácia contra terceiros, previstos na presente Lei, não forem cumpridos antes de cessar a eficácia contra terceiros do direito de garantia anterior, em conformidade com o n.º 1, o direito de garantia anterior só volta a produzir eficácia contra terceiros a partir do momento em que adquirir essa eficácia nos termos da presente Lei.

4. Um contrato reduzido a escrito entre o garante e o credor garantido, que crie um direito de garantia anterior, é considerado como autorização do garante para o registo da informação que abranja o objeto da garantia descrito nesse acordo, nos termos da presente Lei.

Artigo 79.º
Prioridade de um direito de garantia anterior em relação a direitos de credores concorrentes decorrentes de direito anterior

1. A prioridade de um direito de garantia anterior em relação aos direitos de um credor concorrente é determinada pela Lei anterior se:

   a) o direito de garantia e os direitos de todos os credores concorrentes tiverem sido constituídos antes da entrada em vigor da presente Lei; e

   b) a prioridade de nenhum destes direitos tiver sido alterada desde a entrada em vigor da presente Lei.

2. Para efeitos da alínea b) do n.º 1, a prioridade do direito de garantia anterior só se considera alterada se:

   a) fosse oponível a terceiros aquando da entrada em vigor da presente Lei, mas tenha deixado de o ser; ou

   b) à data da entrada em vigor da presente Lei, não fosse oponível a terceiros, por força do direito anterior, e só passou a ser oponível a terceiros por força da presente Lei.

Artigo 80.º
Direito subsidiário

Aos casos omissos aplicam-se subsidiariamente o Código Civil e o Código de Processo Civil.

Artigo 81.º
Entrada em vigor e produção de efeitos

1. A presente Lei entra em vigor 1 anos após a sua publicação

2. As disposições dos artigos 72º e 73.º produzem efeitos imediatamente, no dia seguinte ao da publicação da presente lei.

Aprovada em Conselho de Ministros em 22 de maio de 2024.

O Primeiro-Ministro, em substituição



Francisco Kalbuady Lay

IX GOVERNO CONSTITUCIONAL

Nos termos e para os efeitos do art. 8.º da Resolução do Governo n.º 21/2019, de 26 de junho ("Resolução sobre Legística), apresenta-se a

NOTA JUSTIFICATIVA do

projeto de Proposta de Lei que aprova o Regime Jurídico das Garantias Mobiliárias

JUSTIFICAÇÃO DA INTERVENÇÃO NORMATIVA

NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO NORMATIVA

1. A concessão de crédito (ou financiamento – conceder crédito significa financiar) é essencial ao desenvolvimento económico de qualquer país. Conceder crédito consiste, na sua essência, em disponibilizar fundos a quem deles precisa para iniciar ou desenvolver uma atividade económica ou até para adquirir bens de consumo. O financiador permite que o devedor (aquele que é financiado – ou a quem é concedido crédito) adquira capacidade de investimento e de consumo que, de outro modo, não teria. O exemplo mais comum de financiamento é o empréstimo de dinheiro ("mútuo"), designadamente o empréstimo feito por bancos (empréstimo bancário). Mas há, para além do normal empréstimo bancário, muitas outras modalidades de financiamento, como por exemplo: a locação financeira, a compra e venda a prestações, ou qualquer outro contrato em que o fornecedor de bens ou serviços aceita receber mais tarde em relação ao momento em que realiza a sua prestação.

2. Naturalmente que quem concede crédito apenas o faz porque e na medida em que confia que o devedor devolva, no prazo combinado, o dinheiro adiantado, acrescido de juros, ou pague o preço que aceita não receber imediatamente.

Mas, em regra, o financiador (o credor) apenas confia na capacidade de reembolso ou de pagamento do devedor se este lhe der garantias que o protejam contra o risco de incumprimento e, sobretudo, contra o risco de insolvência. Se excluirmos o crédito entre amigos ou familiares, sem garantias não há crédito (ou o crédito será mais caro, com juros mais elevados). Consequentemente, se o crédito (o financiamento) depende das garantias, estas são tão essenciais para o desenvolvimento económico como aquele.

3. Quando o crédito é concedido sem garantias (quando se trate de *insecured credit*), o credor, em caso de incumprimento do devedor (e, sobretudo, quando ele se torne insolvente), apenas pode executar o seu património (os seus bens) em igualdade de circunstâncias com os outros credores do mesmo devedor. Quando o devedor (ou outra pessoa) constitui uma garantia a favor do credor (aquele que o financia) isso significa que a posição deste sai reforçada, prevenindo os riscos de incumprimento e insolvência. As garantias consistem, portanto, num reforço da posição do credor, num aumento da probabilidade de que o seu crédito será pago na hipótese, em especial, de o devedor não cumprir voluntariamente ou cair em situação de insolvência.

Deste ponto de vista, há dois tipos fundamentais de garantias: (i) as garantias que consistem num reforço quantitativo da posição do credor; (ii) as garantias que consistem no seu reforço qualitativo. As garantias que reforçam quantitativamente o crédito são aquelas que permitem executar bens que não pertencem ao próprio devedor, como acontece com a fiança ou a hipoteca sobre um bem de terceiro. As garantias que reforçam qualitativamente o crédito são aquelas que conferem ao credor uma preferência na execução de certos bens do próprio devedor, como sucede numa hipoteca ou num penhor incidente sobre coisas que lhe pertencem.

5. Sendo as garantias um fator essencial para a existência de crédito a preços (isto é, juros) acessíveis e, portanto, uma condição essencial para o florescimento do investimento privado e do desenvolvimento económico, o legislador não pode deixar de as regular, dando-lhes um quadro normativo abrangente, seguro e flexível.

A matéria das garantias não é estranha ao Direito timorense já em vigor, uma vez que o Código Civil dedica um Capítulo inteiro (o Capítulo VI do Título I do Livro II, que se estende

do artigo 557:º ao artigo 695.º) às chamadas "garantias especiais", que incluem a caução, a fiança, o penhor, a hipoteca, os privilégios creditórios e o direito de retenção. Para além disso, o Código Civil inclui, em diferentes divisões sistemáticas, normas sobre outros tipos de garantia, como a reserva de propriedade, o arresto e a penhora (arresto e penhora cujos regimes processuais se encontram no Código de Processo Civil).

Não existe, porém, em Timor-Leste, um regime que permita e regule a criação, através de contrato (entre o garante e o credor) de garantias sobre bens móveis e bens incorpóreos (designadamente, direitos e criações objeto de propriedade intelectual). O penhor, previsto e regulado no código civil, apesar de incidir sobre algumas coisas móveis e sobre alguns direitos, apresenta alguma rigidez tipológica, dado que implica, entre outros aspetos de regime, o desapossamento daquele que o constitui.

Torna-se, portanto, necessário, indo além da dispersão, fragmentaridade e constrangimento à autonomia privada (evidenciado na imposição de um *numerus clausus* aos direitos de garantia com eficácia *erga omnes*) que carateriza o atual ordenamento jurídico timorense em matérias de garantias mobiliárias (garantias sobre bens móveis e bens incorpóreos), estabelecer um quadro normativo de largo espectro que, reconhecendo e protegendo a força criativa da autonomia privada das partes, determine as condições mínimas de criação, através de contrato, de direitos de garantia oponíveis a terceiros, assim como o regime da sua execução em caso de incumprimento.

Sem esta reconfiguração do sistema normativo, o direito nacional das garantias mobiliárias é incapaz de responder às necessidades do atual mercado de crédito e de acomodar as especificidades de muitos produtos de financiamento que as instituições financeiras poderiam de outro modo oferecer às empresas do setor privado em Timor-Leste. É necessário, através da aprovação da presente iniciativa legislativa, desbloquear a capacidade de as empresas em Timor-Leste utilizarem integralmente os seus bens móveis e bens incorpóreos como garantia de financiamento, o que por sua vez permitirá que essas empresas cresçam, para benefício de todos os timorenses.

Vários estudos e relatórios de organizações internacionais, designadamente o Grupo do Banco Mundial, demonstram que uma das principais razões da fragilidade do mercado de crédito reside na ausência de regimes legais que permitam que as empresas utilizem os seus ativos como garantia de empréstimos e outros produtos de financiamento. Este é também o caso de Timor-Leste, que, no Relatório "Doing Business" de 2020, do Grupo do Banco Mundial, obteve zero em 10 pontos no Índice de Força de Direitos Legais para credores. Esta é uma

das principais razões pelas quais o nosso país fica muito atrás dos seus pares no que diz respeito ao acesso a financiamento para atividade comercial.

OBJETIVOS DA INTERVENÇÃO LEGISLATIVA

Com a presente iniciativa legislativa, pretende-se:

a) Promover a concessão de crédito de baixo custo, aumentando a disponibilidade de crédito garantido;
b) Permitir que os devedores utilizem o valor integral dos seus ativos para garantir a concessão de crédito;
c) Possibilitar a criação de direitos de garantia de modo simples e eficiente;
d)Tratar uniformemente os diferentes tipos de financiadores e as diversas formas e modalidades contratuais de concessão de crédito;
e) Permitir a criação de direitos de garantia sem desapossamento do garante em relação a todos os tipos de ativos;
f) Aumentar a certeza e a transparência, através do registo de informações relativas a direitos de garantia num Registo geral de direitos de garantia;
g) Estabelecer regras de prioridade que resolvam, com um elevado grau de certeza e previsibilidade normativa, conflitos entre diferentes direitos de garantia incidentes sobre o mesmo bem;
h) Facilitar a execução eficiente dos direitos de um credor garantido em caso de incumprimento do devedor;
i) Alargar o espaço da autonomia das partes na estipulação do conteúdo do contrato de garantia;
(j) Equilibrar os interesses de todas as pessoas envolvidas na constituição contratual de direitos de garantia, designadamente o devedor/garante, o credor garantido e terceiros.

ADEQUAÇÃO DO PROJETO PARA CUMPRIR OS OBJETIVOS PROPOSTOS

1. Dando resposta às necessidades acima identificadas e visando a realização dos objetivos enunciados, o presente anteprojeto de Proposta de Lei preconiza a criação de um regime geral dos contratos através dos quais as partes criam garantias sobre bens móveis e bens incorpóreos (*secured transactions*), independentemente da sua específica configuração, trate-se de penhor, locação financeira, cessão de créditos ou de qualquer outro tipo de garantia que as partes, no exercício da sua autonomia, queiram constituir.

2. O conteúdo normativo do diploma projetado compreende 5 matérias essenciais: (i) a regulação do próprio contrato (security agreement) através do qual se cria o direito de garantia (security interest), estabelecendo as suas condições de validade e determinando os direitos e obrigações das partes; (ii) a definição dos modos através dos quais as garantias se tornam eficazes em relação a terceiros, adquirindo, por essa via, "eficácia real" (a eficácia própria dos direitos oponíveis *erga omnes*, ou *property rights*) – modos esses que são a posse da coisa sobre a qual incide a garantia, o registo de informações relativos à garantia na Central de Registos de Informação sobre Garantias Mobiliárias ou em registo especializado eventualmente existente; (iii) a criação da Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias e a regulação do registo das informações relativas à criação, modificação e extinção dos direitos de garantia; (iv) a definição das regras de prioridade que determinam qual o direito que prevalece quando sobre o mesmo bem (o bem sobre o qual incide a garantia) incidem simultaneamente vários direitos incompatíveis (competing claims); (v) regulação da execução das garantias, em caso de incumprimento e de insolvência do devedor.

3. Um dos aspetos mais identificadores (e inovadores) do presente anteprojeto é a criação de uma Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias, funcionando eletronicamente, em linha e acessível ao público, onde um credor pode submeter uma informação para alertar outros potenciais credores (assim como outros terceiros) para a possível existência de um direito de garantia, assegurando, por outro lado, que tal direito, se realmente existir, é eficaz contra terceiros. O processo de registo será rápido, automático, simples e pouco dispendioso, muito diferente do processo de registo predial.

Qualquer potencial credor interessado na constituição de um direito de garantia sobre um bem do devedor (ou do garante que não seja devedor), pode consultar na Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias as informações indexadas ao nome do garante, de modo a verificar se o bem em causa está ou não onerado com direitos de garantia por ele eventualmente constituídos. A Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias estará disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, e poderá ser consultado por qualquer pessoa. A Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias destina-se exclusivamente a registar informações que revelem a eventual existência de direitos de garantia e a estabelecer prioridades entre os credores e entre estes e outras categorias de terceiros. Não se trata de um registo de direitos (*title registration*), nem sequer de um registo de factos jurídicos referentes a certos bens (*deeds registration*), como acontece no atual registo predial. O registo (automatizado) das informações não é, por conseguinte, sujeito a qualquer controlo prévio de legalidade, nem dá lugar a qualquer ato administrativo.

4. Um outro traço marcante do anteprojeto é o regime inovador de execução das garantias em caso de incumprimento do devedor. Em regra, o financiador só está disposto a conceder crédito se puder confiar na recuperação do capital e dos juros remuneratórios em caso de incumprimento. Ao abrigo da lei atual, um financiador que queira executar uma garantia e que enfrente a resistência do devedor não tem outra alternativa lícita para além da via judicial, que é habitualmente lenta e dispendiosa. Esta limitação desincentiva a concessão de crédito. Com a lei que agora se propõe, o credor (que continua habilitado a recorrer aos tribunais, se for essa a sua preferência) passa a poder fazer valer o seu direito de garantia, executando-o, extrajudicialmente, através de um procedimento que, sendo mais célere e expedito, não deixa de assegurar o respeito pelos direitos do devedor/garante e dos demais credores, em particular os demais credores garantidos.

AUTOCONTROLO NORMATIVO

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Para além da competência legislativa própria que a Constituição lhe atribui, tanto em matérias que lhe são reservadas como naquelas em que concorre com o Parlamento, o Governo goza ainda, na relação com este Órgão de Soberania, do poder de iniciativa legislativa, nos termos do disposto nos arts. 97.º/1-c) e 115.º/2-a) da Constituição da República. Com o presente projeto, pretende-se, justamente, promover o exercício daquele poder de iniciativa legislativa, através da apresentação de "proposta de Lei".

FORMA PROPOSTA PARA O PROJETO DE ATO NORMATIVO

Tratando-se de regulação normativa primária da matéria sobre a qual incide o projeto, é forçoso o recurso a um ato legislativo. Uma vez que o âmbito da Lei proposta abrange matérias que integram o domínio da competência legislativa reservada ao Parlamento, designadamente aquelas a que se referem a alínea e) do n.º2 do art. 95.º e a alínea g) do n.º1 do art. 96.º da Constituição da República, tem de adotar-se a específica forma de ato legislativo em que consiste a Lei do Parlamento Nacional.

PONDERAÇÃO DAS ALTERNATIVAS REGULATÓRIAS

Ponderou-se, como alternativa à regulação da matéria das garantias mobiliárias através de lei avulsa, a alteração do Código Civil. Oferecendo a vantagem de permitir o aproveitamento

da base normativa já existente (sobretudo o regime do penhor), a opção da alteração do Código Civil teria, porém, a enorme desvantagem de obrigar à dispersão da intervenção legislativa em vários "locais" do Código, com custos para a compreensibilidade do regime das garantias mobiliárias para os seus destinatários (devedores, garantes e credores) e para a certeza e previsibilidade da sua aplicação pelos tribunais.

A solução de uma lei avulsa, estruturada em linha com a Model Law da Uncitral, fora do código civil, preservando o benefício de manter este como direito subsidiário, tem a vantagem de tornar o regime das garantias mobiliárias mais facilmente reconhecível para os investidores, em particular os investidores estrangeiros, muitas vezes não familiarizados com a sistemática germânica do Código Civil, herdada por via da matriz do Código Civil português.

ARTICULAÇÃO COM O PROGRAMA DO GOVERNO

O presente projeto visa dar cumprimento às seguintes determinações constantes do ponto 5.2. do Programa do IX Governo Constitucional, relativo ao "setor financeiro":

"*promover o estabelecimento de um regime geral de garantias reais sobre bens móveis e imóveis bem como o registo de ativos e estabelecer uma gestão coordenada com a intervenção de todos os Ministérios competentes*".

LEGISLAÇÃO A REVOGAR

Não existe legislação a revogar.

AVALIAÇÃO DE IMPACTO

Uma vez que se trata de intervenção legislativa que se limita, por um lado, a dar cumprimento a determinações expressas do Programa do IX Governo Constitucional, não há lugar à aplicação do disposto no art. 9.º da Resolução do Governo n.º 21/2019, de 26 de junho ("Resolução sobre Legística"), que prevê a realização de um Estudo de Impacto Regulatório (um instrumento de fundamentação da "decisão de legislar" – a qual, no caso, já foi especificamente tomada com a aprovação do programa do Governo.

PARECERES E CONSULTAS

A elaboração do presente projeto de Proposta de Lei foi antecedida de consultas à International Finance Corporation (IFC), do World Bank Group, e ao Banco Central de Timor-Leste.

REGULAMENTAÇÃO

Nos termos do art. 72.º do presente projeto de proposta de Lei, "*Sem prejuízo das competências próprias do Governo, o Banco Central de Timor-Leste deve emitir, no prazo máximo de 180 dias após a sua publicação, os regulamentos, instruções e demais atos necessários à boa implementação da presente Lei, designadamente para o efeito do estabelecimento, funcionamento e manutenção da Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias, incluindo o modo como as informações para registo devem ser submetidas e carregadas no registo de acesso público e a forma como as pesquisas podem ser realizadas.*"

O Primeiro-Ministro, em substituição

Francisco Kalbuady Lay

PARLAMENTO NACIONAL DE TIMOR LESTE
SECRETARIADO

NOTA DE REENCAMINHAMENTO

DE : SEC - GERAL
PARA : PRESIDENTE DO PARLAMENTO NACIONAL
DATA : 31 /05 /2024

PARA PARECER	
PARA INFORMAÇÃO	
PARA APROVAÇÃO	
REQUER ACÇÃO IMEDIATA	
REQUER ACÇÃO	
PARA CONSIDERAÇÃO	
OUTROS (ver nota Manuscrita)	

614

31 5 24
11:35

Horas 16:16

PRIMEIRO-MINISTRO

N.º 110 /PM-GPM/V/2024
Díli, 29 de maio de 2024

Assunto: Proposta de Lei

Excelência,

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência, nos termos e ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 97.º e na alínea a) do n.º 2 do artigo 115.º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste, a Proposta de Lei Regime Jurídico Garantias Mobiliários, aprovada em Conselho de Ministros em 22 de maio de 2024, para consideração e aprovação pelo Parlamento Nacional.

Ciente da atenção de Vossa Excelência, queira aceitar, Senhora Presidente, os protestos da minha mais elevada consideração.

Fransisco Kalbuadi Lay
Primeiro-Ministro em exercício

Sua Excelência,
Maria Fernanda Lay
Presidente do Parlamento Nacional

Cc: Exmo. Senhor Adérito Hugo da Costa
Ministro da Presidência do Conselho de Ministros em exercício